

Pessoas idosas e Universidade da Maturidade (UMA): Aspectos para a não adesão



<https://doi.org/10.56238/sevened2023.006-131>

Márcia Ferreira Sales

Vinculação institucional (Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos-ITPAC)
 LATTES: <https://lattes.cnpq.br/4388397790314091>
 ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9122-4108>
 E-mail: marcia.sales@itpacporto.edu.br

Fabricia Gonçalves Amaral Pontes

Vinculação institucional (Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos-ITPAC)
 LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4106626749811427>
 ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5869-3534>
 E-mail: fabricia.amaral@itpacporto.edu.br

Hugho Alex Neves Pontes

Vinculação institucional (Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos-ITPAC)
 LATTES <http://lattes.cnpq.br/7362875611347853>
 ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4592-8712>
 E-mail: hughohp@hotmail.com

Josy Barros Noleto de Souza

Vinculação institucional (Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos-ITPAC)
 LATTES: <https://lattes.cnpq.br/0654498955889965>
 ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6661-6596> .
 E-mail: josy.souza@itpacporto.edu.br

Sara Janai Corado Lopes

Vinculação institucional (Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos-ITPAC)
 LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3199193467116521>
 ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5814-6158>
 E-mail: janaisinha@hotmail.com

RESUMO

Partindo do fato de que a População idosa brasileira tem aumentado exponencialmente, com vista aos programas que tem sido desenvolvido para atender esse público, esse artigo aborda a investigação sobre os aspectos da não adesão das pessoas idosas ao programa Universidade da Maturidade (UMA) em uma cidade da região norte do Tocantins. A UMA tem como objetivo ampliar o conhecimento formal, promover o autocuidado e proporcionar socialização, visando um envelhecimento ativo. Apesar do grande número de idosos nessa cidade, poucos participam do programa. O objetivo principal deste artigo é investigar os fatores que impedem a adesão dessas pessoas à UMA. A pesquisa foi motivada pela preocupação com a baixa participação dos idosos nos grupos e pelo conhecimento do impacto positivo que a participação nessas atividades tem na qualidade de vida. A abordagem metodológica adotada foi qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica, documental e exploratória. Observou-se que em estados com maiores níveis de educação, as pessoas têm maior consciência do valor do programa UMA e aderem com mais facilidade. Por outro lado, em estados com maiores índices de analfabetismo, muitas pessoas idosas não compreendem que frequentar as aulas pode ser útil para elas. Em suma, a dinamicidade social e os desafios enfrentados pelos idosos continuam presentes, apesar dos avanços tecnológicos e da globalização. É necessário um olhar ampliado para construção de novos conhecimentos e transformações conceituais sobre a terceira idade, além de reconhecer o papel fundamental da educação na reinserção social.

Palavras-chave: Educação, Saúde, Pessoas Idosa, Universidade da Maturidade, Porto Nacional.

1 INTRODUÇÃO

Os elevados índices de crescimento da população idosa é um fenômeno mundial. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2015) a população com mais 60 anos no mundo vai passar dos 841 para 2 bilhões até 2050. No Brasil, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios



Contínua (Pnad-C), o país ganhou entre os anos 2012 e 2017, 7,8 milhões de idosos, atingindo a marca dos 30 milhões. Números esses que representam um crescimento de 18% nesse período de 5 anos. Para o Instituto de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2018), há uma projeção de que, em 2031 a população idosa alcance o número de 43,2 milhões, ultrapassando; um contingente mais elevado que a parcela da população entre 40 e 59 anos (IBGE, 2018).

Com base nesse novo cenário populacional, compreendendo a complexidade do processo de envelhecimento, muitos pesquisadores da área da saúde, cientes do entrelaçar dos aspectos bioquímicos, fisiológicos e psicossocial se entrelaçam e ainda, é de longe, um ciclo da vida vivenciado de maneira distinta de idoso para idoso (BEAUVOIR, 1990); seus olhares estão direcionados para esse fenômeno, pensando em como contribuir para que esse envelhecimento ocorra com qualidade. Cabe assinalar que a sociedade geralmente tem um olhar estereotipado sobre essas pessoas em se tratando à idade como forte preconceito e discriminação contra a pessoa idosa.

Sob esse prisma, pensando numa sociedade mais favorável ao envelhecimento humano, ao promover ações contra os pré-conceitos e preconceitos acerca da pessoa idosa, a Universidade da Maturidade do Tocantins (UMA-TO), instituída como extensão da Universidade Federal do Tocantins (UFT), disponibiliza um curso de natureza acadêmica, considerado livre às pessoas com idade a partir de 45, com vistas à promoção, atualização e qualificação de saberes, com o propósito em torná-los sujeitos atuantes e autônomos em seus lares e na sociedade como um todo.

Em termos práticos, as pesquisas desenvolvidas até o momento posicionam-se em consenso ao não relacionarem o processo de envelhecimento somente um fator cronológico, isto é, um fim em si mesmo ou como uma questão de saúde direcionado a cura e/ou, prevenção de doenças crônicas ocasionadas em decorrência da idade. Para tanto, a UMA tem como um de seus propósitos a abertura para encontros, debates e descobertas em grupo, alicerçada por profissionais da saúde, dentre outras áreas do conhecimento (Peixoto, 2017).

Em vista dos argumentos apresentados, a população idosa do município dessa cidade da região Norte do Estado do Tocantins corresponde a quase 8.000 pessoas, porém, como participantes da UMA, os números não são expressivos, ou seja, as pessoas idosas estão privando-se do acesso gratuito e de qualidade de um bem social que é a educação formal, negada a muitos deles no período que seria o adequado. Assim, a questão problematizadora que norteia essa investigação é: que aspectos impedem a participação das pessoas idosas à UMA de uma cidade na região norte do Estado do Tocantins como um local de ampliação do conhecimento, autocuidado e socialização? Considerando os elevados índices do envelhecimento populacional e suas etiologias, o interesse em realizar esse estudo surgiu a partir da preocupação com a pouca participação dos idosos nos grupos, constatada ao longo da experiência da autora, mediante imersão em Unidades Básicas de Saúde e vivências na Estratégia de Saúde da Família.



Os problemas relacionados a exclusão das pessoas idosas do ambiente educacional vão desde a negação da escola em tempo hábil – que pode ser considerado um aspecto que sustenta o analfabetismo no país até os embates entre o que é legal, ideal e real. Sublinha-se aqui que o direito à Educação para os idosos é muito negligenciada a começar pela legislação que considera o idoso como um adulto, porém quando falamos de ensino e aprendizagem deles, sabemos que essa faixa etária necessita de metodologias e dinâmicas diferentes, se comparado com um adulto saudável 40, 50 anos.

Em termos práticos, a relevância desse estudo consiste em impactar de maneira positiva no desenvolvimento de abordagens educacionais mais inclusivas e adaptadas às necessidades das pessoas idosas de Porto Nacional, considerando suas particularidades e trazendo como benefícios a essas pessoas, como: a liberdade de expressão; aprendizagem de conteúdos relacionados ao autocuidado; potencializa a convivência social, melhora a autoestima, a saúde mental, a vontade de viver e a manutenção da autonomia, redução da exclusão e apagamento da pessoa idosa, fortalecendo sua participação na vida em sociedade na comunidade em que vivem.

Para que a pergunta de pesquisa possa ser respondida, temos como objetivo principal investigar as causas pelas quais muitos idosos não participam de maneira efetiva da UMA de Porto Nacional.

Mediante o exposto até o momento, a relevância acadêmica e social deste estudo surgiu da percepção da não participação de idosos nos grupos da UMA de Porto Nacional, sugerindo mais atenção por parte dos profissionais da área da saúde e educação com o propósito de revelar quais são os motivos que dificultam essa adesão, fornecendo subsídios para que se possam buscar estratégias pedagógicas e/ou logísticas mais adequadas ao público alvo.

O objetivo deste trabalho é investigar os aspectos da não adesão das pessoas idosas ao Programa de maneira significativa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O suporte teórico para a fundamentação desse artigo parte do princípio que as áreas da educação e saúde são políticas públicas conjuntas quando se pensa no cuidado e no autocuidado da pessoa idosa, por proporcionarem ações intersetoriais voltadas para a promoção da saúde, fortalecendo o controle social pelo fato de se apoiarem na necessidade do desenvolvimento de ações educativas que possam intervir no processo de saúde-doença da população e ampliar o controle social na defesa da qualidade de vida (Brasil, 2011).

As Políticas Públicas direcionadas à Educação serão entendidas como uma política social, conforme nos ensina Holfing (2001), para quem a representação das leis, dos planejamentos, financiamentos e as dinâmicas dos programas educacionais devem ser implantadas em conformidade com um determinado recorte social, isto é, a política pública educacional deve ser articulada socialmente por meio do Estado.



Com sentido semelhante, Holfing (2001, p. 31) reforça esse entendimento ao conceituar a educação como uma política pública social, uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado – mas pensada não somente por seus organismos. Sobre Estado e governo, o Estado é o conjunto de instituições permanentes que possibilitam a ação do governo (órgãos legislativos, tribunais, exército), enquanto o governo é o conjunto de programas e projetos que propõe para a sociedade como um todo, as orientações políticas de um determinado governo que, assume e desempenha as funções de Estado, por um determinado período (políticos, técnico, organismos da sociedade civil) (Holfing, 2001, p. 31).

Sob esse aspecto, a proposta da educação em saúde definida pelo Ministério da Saúde é proporcionar às pessoas idosas a (re)construção do conhecimento daqueles que não tiveram condições de obtê-las em tempo hábil, com o enfoque em ações que auxiliem na cidadania, na autonomia do cuidado de pessoas, grupos e comunidades, a partir de práticas educativas dialógicas, participativas, criativas (Brasil, 2011). Nessa articulação social, a UMA demonstra sua relevância ao produzir uma gama de conhecimentos formais convergentes com as necessidades das pessoas idosas.

Tal proposta nos remete aos pensamentos de Paulo Freire, um pedagogo que tinha o seu olhar direcionado à alfabetização de adultos como uma prática social, isto é, tudo o que era ensinado em sala de aula era direcionado a serem colocados em prática no cotidiano, proporcionando autonomia ao ir e vir dessas pessoas, até então à margem social. Para Freire, de acordo com a obra *Pedagogia da Autonomia*, a educação deve ser interpretada como um ato político desenvolvido entre educando, educadores e sociedade como uma inconclusão do ser, pois a educação é um ato contínuo.

As ideias freirianas nos faz pensar em como a educação em saúde segue essa linha de raciocínio, de repente sem ao menos os profissionais da área terem conhecimento das obras do referido pensador. De maneira prática, dentre as atribuições das equipes de Saúde da Família (ESF), existem por exemplo, ações educativas grupais que trabalham com o propósito de interferir no processo de saúde-doença da população, à medida que tenta desenvolver a consciência crítica dos indivíduos a respeito do contexto social em que vivem (Mascarenhas; Melo; Fagundes, 2012).

Entretanto, sabe-se também que a aprendizagem é um processo que acontece de maneira distinta de pessoa para pessoas e, em se tratando dos idosos, há que se considerar as particularidades dessa faixa etária quando o assunto é a educação formal. Por isso, nesse aspecto a UMA tem como visão em suas práticas educativas tratar o conhecimento do idoso adquirido com suas experiências e a educação instruída dos profissionais da saúde. Acredita-se que compartilhar conhecimentos em grupo potencializa a concretização das mudanças de um grupo social, pressupõe-se então que, a educação em saúde está além de uma perspectiva preventiva e de uma abordagem diretiva, ampliando-se na direção de uma práxis construtiva, pautada no desenvolvimento do diálogo (Alves, 2011).



Nestes termos, ensinar /educar os idosos deve ser um trabalho conduzido pela escuta, problematização dos mais diversificados assuntos para que a produção do conhecimento ocorra, favorecendo a autonomia, potencializando a expressão do cidadão nas diferentes dimensões do cuidado e autocuidado, além do fortalecimento dos vínculos, das relações interpessoais (Brasil, 2011). Essas ações de cuidados com o idoso de maneira grupal têm sido um elemento prioritário disposto na Política Nacional de Saúde do Idoso quando reforça que deve ser facilitada e promovida a participação dos idosos em grupos (de terceira idade, grupos operativos ou grupos de convivência, incluímos aqui a UMA), a fim de fortalecer a valorização de experiências positivas para eles.

Entretanto, em termos práticos observamos que ainda precisamos avançar como profissionais da saúde e educação, tendo em vista que somente transmitir informações corresponde ao método tradicional de ensino, o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos não acontecerá e, conseqüentemente, a evasão dos projetos de educação em saúde ocorrerá. Dito de outro modo, há que se romper com a educação tradicional e fortalecendo o processo de ensino aprendizagem para que o idoso seja protagonista do seu conhecimento. (Brasil, 2012).

Nota-se assim que, por um lado há uma preocupação com o envelhecimento ativo das pessoas idosas como uma Política Pública, por outro, uma lacuna entre as concepções de ensino, aprendizagem e suas práticas, logo, colaborando com esse pensamento, Capuzzo (2012, p.35) nos ensina sobre didática e ensino para pessoas idosas a partir de suas experiências e afirma:

O processo ensino/aprendizagem está diretamente relacionado a uma didática, a um meio de facilitar com que o aluno se aproprie da melhor forma de um determinado conteúdo. (...) para atuação com pessoas velhas, deve considerar suas especificidades e propor objetivos e ações para a mediação adequada. Para tanto, vários aspectos do processo devem ser observados tais como: os objetivos, a escolha dos conteúdos, as técnicas de ensino e os recursos necessários (Capuzzo, 2012, p. 35)

3 METODOLOGIA

O percurso metodológico adotado foi de abordagem qualitativa, bibliográfica, documental e exploratória. Pesquisa de cunho e caráter exploratório de dados. Ressalta-se que, foi realizado o Levantamento Bibliográfico visando delimitar a abrangência do tema, visto que este apresenta uma abordagem ampla. Para este levantamento, procurou-se por obras confiáveis nas plataformas: Google Acadêmico; Scielo; Periódicos CAPES; Repositórios Acadêmicos; Bibliotecas Digitais e dentre outros. Pesquisou-se por palavras chaves relacionadas ao tema e por nomes de autores referências. A análise dos dados foi qualitativa, por meio de análise de conteúdo - uma técnica de análise de dados, nela deve-se coletar, codificar, classificar, identificar, revisar, reanalisar, refinar os dados de pesquisa para aí sim, transformá-los em informação crucial para elaboração de sua descoberta gerando conhecimento.

Os critérios de inclusão foram artigos e estudos publicados nos últimos 15 anos e em português. Os critérios de exclusão foram artigos e estudos não gratuitos e na língua inglesa. Após, foi realizado



leitura e análise para redigir o trabalho científico em si, e trazer resultados e discussões relevantes, levando sempre em consideração um ordenamento sequencial e lógico, com o intuito de atender aos objetivos propostos no trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tavares e Menezes (2020) exploram dados divulgados pela United Nations Statistics Division que o número de pessoas com idade acima de 60 anos no mundo passará de um bilhão no ano de 2025. Isso traz grandes desafios para a área da saúde, para os governos e para comunidades em todo o mundo, indicando para a necessidade urgente do estabelecimento de bases sociais que se adaptem a esse novo perfil demográfico mundial. A Organização das Nações Unidas, através do International Plan of Action on Ageing, tem contribuído para o desenvolvimento de ações no sentido de educar e informar o público, revelando estereótipos relativos à velhice e promovendo a participação ativa das pessoas de idade na sociedade.

Diante disso a UMA contribui para essa participação ativa trazendo autonomia para o idoso pois capacita os idosos a adquirir conhecimentos relevantes sobre sua saúde, entender os sinais de alerta de doenças e tomar decisões informadas. Além disso, destaca-se o papel influente da UMA na disseminação desta nova visão da velhice, pela inclusão social do idoso. O conhecimento é um instrumento capaz de modificar e empoderar os idosos, na tentativa de superar os desequilíbrios sociais.

Sintetizando os trabalhos/autores consultados e analisados, constata-se educação se configura como uma importante ferramenta para o processo de conscientização e sensibilização dos sujeitos, tornando-os ativos dos seus direitos e deveres. Além disso os processos educativos acontecem nos mais diferentes espaços formais, não formais e informais. A Universidade da Maturidade assim como as demais instituições de ensino deve exercer suas funções, considerando as particularidades e demandas do segmento a que atende.

A literatura destaca que a aprendizagem na velhice é uma forma de alcançar a participação social, cultural e cívica e contribui para a preservação da saúde cognitiva. Existem pesquisas e discussão sobre motivação de adultos mais velhos para a aprendizagem e como ocorre esse processo. Apenas alguns estudos descrevem o que as pessoas mais velhas querem e precisam aprender. Um estudo realizado por Boulton-Lewis, Buys e Lovie-Kitchin menciona a importância do aprendizado na velhice, pois os idosos precisarão aprender como lidar com situações específicas do ciclo de vida, como gerenciar as economias, o tempo e as deteriorações que ocorrerão num processo natural de envelhecimento, a fim viver a velhice com maior qualidade de vida (Tavares e Menezes, 2020).

Partindo do pressuposto que a UMA trabalha de maneira grupal com idosos, conduzindo a educação de maneira dialógica, favorecendo a construção da cidadania de idosos que, na maioria dos



casos estão alheios aos seus direitos, sentindo-se muitas vezes um fardo para seus familiares, segundo o levantamento bibliográfico realizado, os motivos para essas pessoas não aderirem ao referido Programa vão desde o estado de saúde até à desinformação e também o fato de atrelarem seu envelhecimento com a inutilidade; visão essa muito circulada socialmente numa sociedade capitalista como a brasileira onde o idoso é excluído.

Nas palavras de Peres (2005, p. 22), a exclusão da velhice da esfera produtiva justifica sua exclusão, também, do sistema educativo, ou seja, de acordo com a colocação do referido autor, sociedade capitalista estruturou à sua maneira, os sistemas produtivos e educacionais. Dito de outro modo, a verdade é dura e cruel: e o velho, onde entra? Não há lugar para o velho na sociedade capitalista Beauvoir (1990) e Ecléa Bosi (1994).

Sanare (2017), considerando a realidade das pessoas idosas do estado do Ceará, 73,5% os idosos afirmam não ter interesse em participar de atividades em grupo, como a UMA. Tal número converge com o artigo publicado por Barros, et.al. (2021), ao pontuar que os índices de expectativa de vida das pessoas idosas são mais elevados nos estados do nordeste (Maranhão e Piauí). E mais, os índices de analfabetismo das pessoas a partir de 60 anos nesses estados são 20,40% maior que nos outros estados da federação.

O contraste dessa realidade pode ser destacado no estado do Paraná; o que corrobora com o fato de que o envelhecimento não ocorre da mesma maneira entre as pessoas idosas; assim, foi realizada uma pesquisa por Irigaray; Schneider (2008), com idosos que frequentam a Universidade para a Terceira Idade (UNITI/UFRGS), com o propósito de investigar os motivos que levaram idosas a participarem do Programa, com uma amostra composta por 103 idosas, que responderam sobre questões sociodemográficas, os motivos para frequentarem a UNITI e as mudanças ocasionadas pela participação. Os pesquisadores chegaram ao resultado de que o principal motivo para frequentar as aulas foi a busca por atualização e novos conhecimentos, o que reflete na melhora ou mudanças em diversos aspectos de sua vida.

Todavia, do estudo de (Irigaray; Schneider, 2008, p. 213), consideramos válidos pontuar o grau de instrução dessas pessoas idosas em detrimento da região nordeste, ou seja: **a)** o estado civil mais frequente foi o de viúva (44,7%); **b)** em termos de escolaridade prevaleceu o ensino superior (40,8%); **c)** e a renda mais presente foi de seis a 10 salários mínimos (38,8%); **d)** a profissão mais frequente foi a de professora (28,1%); **e)** a aposentadoria foi a ocupação atual prevalente (73,8%). A percepção de saúde predominante foi a de saudável (81,6%), o uso de medicação (89,3%) e a realização de atividade física (74,8%) também foram bastante citados entre as idosas (Irigaray; Schneider, 2008, p. 213).

Nessa contextualização, os índices de analfabetismo da região Nordeste em junção com a questão social do sentir-se inútil nos faz acreditar que são aspectos impactantes para esses idosos não participarem da UMA pela falta de autoestima em relação a si e ao mundo, pois interpretam a velhice



como um fim em si mesmo. Essa falta de sentido na vida é representada em outros motivos para a não adesão à UMA, reforçadas em discursos como: “não tenho tempo”, “estou cansada”, “tenho que trabalhar nesse horário”; “não tenho um acompanhante”; “ a sociedade está muito violenta, melhor ficar em casa”; “tenho que cuidar dos netos”; “essa doença não me deixa sair de casa”, isto é, enquanto os documentos oficiais enfatizam o envelhecimento como uma das maiores conquistas da nação, por outro lado, na vida real, as vulnerabilidades são inúmeras, evidenciando que a sociedade ainda não está preparada para lidar com o elevado número de pessoas em envelhecimento.

O estudo produzido por Leite et.al., (2006), com idosos que frequentaram o Programa Universidade Aberta à Terceira Idade, da Universidade Federal de Pernambuco, considerando variáveis demográficas e socioeconômicas, pontua a existência de depressão menor, entre a faixa etária de 70-79 anos. Os autores observaram ainda, a associação significativa entre baixa escolaridade e depressão, além de outras variáveis como, preocupação, dor de cabeça, pouca disposição, irritação, tristeza e insatisfação, pessimismo em relação ao futuro, irritação, pouca disposição, distúrbio do sono, distúrbios do apetite, ideias suicidas, solidão, tristeza, são os sentimentos que, segundo a referida pesquisa, são apontados como impactantes para a não adesão ao Programa (Leite et.al., 2006, p. 31).

Em se tratando da não adesão à UMA por causa das doenças crônicas, o estudo de Liane da Silva de Vargas, Marcus Vinícius Soares de Lara, Pâmela Billig Mello-Carpes, intitulado A influência da diabetes e a prática de exercício físico e atividades cognitivas, recreativas e emotivas em grupos da terceira idade, realizada em 2014 com o objetivo de verificar a influência da participação em atividades de grupos de terceira idade no município de Uruguaiana, chegou ao resultado de que a associação da diabetes *mellitus* com um estilo de vida menos ativo, o que possivelmente representa um fator de risco para a aceleração das perdas cognitivas que acompanham o processo de envelhecimento (Vargas; Lara; Mello-Carpes, 2014, p. 876).

Segundo Cavalcante (2010), citado por Matos, et.al. (2019, p. 44), os males degenerativos também são incapacitantes da idade avançada pelo fato de acarretar demências que afetam a memória de modo expressivo e também, outras funções cognitivas, com vigor satisfatório para produzir perda funcional, incluindo até, eventualmente, a realização de atividades da vida diária ou o reconhecimento de pessoas e lugares do entorno habitual.

5 CONSIDERAÇÕES

As Universidades Abertas para a Terceira Idade possuem um caráter indiscutível, tanto social, cultural como político, uma vez que priorizam o aprendizado, reforçam o desenvolvimento e a participação cidadã, contribuem para a melhoria da qualidade de vida, trazendo ressignificados aos sentidos dados a própria vida. A realização deste estudo possibilitou a oportunidade de conhecimento sobre os aspectos da não adesão à UMA em Porto Nacional mediante o estudo de outras realidades no



país, contrastando as particularidades das regiões, reforçando a assertiva de que o envelhecimento para ser ativo engloba aspectos para além dos fisiológicos e bioquímicos, mas também os sociais.

Nota-se que em estados onde o nível de educação é mais elevado, as pessoas têm consciência do trabalho, o valor e importância do projeto UMA e aderem com maior facilidade, por outro lado, nos estados em que os índices de analfabetismo são maiores, ou seja, são pessoas que, por não terem frequentado o ambiente escolar no tempo hábil, agora na velhice, não conseguem compreender que frequentar as aulas pode lhes ser útil.

Compreendemos os problemas de saúde mental dos mais comuns ao mais complexos, assim como as doenças crônicas como preditivos dessa não adesão, além dos idosos que moram na zona rural, uma realidade silenciada devido à dificuldade de ir e vir para além das doenças.

Em suma, considerando a dinamicidade social e com ela sua nova demanda de idosos, as dificuldades e problemas veem se prolongando mesmo com os avanços tecnológicos devido à globalização, todavia, as pessoas idosas ainda possuem questões sociais que as limitam à participação em programas e/ou grupo como o desenvolvido pela UMA, logo precisamos ter um olhar ampliado com possibilidades de construção de novos conhecimentos, das transformações conceituais acerca da terceira idade e do papel fundamental da educação como meio de reinserção social.



REFERÊNCIAS

- ALVES, GG; AERTS, D. As práticas educativas em saúde e a Estratégia de Saúde da Família. Ciências Saúde Coletiva. 2011.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa. Diário Oficial União [Internet]. 2006 out. 20; Seção 1.p 142-448.
- Santana; R.R; Santana; C. C. A. P; Neto; S. B. C; et al. Extensão Universitária como Prática Educativa na Promoção da Saúde. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/qX3KBJghtJpHQrDZzG4b8XB/>>.Data do acesso:20 de dezembro de 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Brasília; 2011.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre pesquisas que envolvam seres humanos. Diário Oficial da União. 2013 jun., 13. Seção 1.p 59. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.
- BEAUVOIR, S. A velhice. São Paulo: Martins Fontes, 1990. BITTENCOURT, A. Sua Excia. a Presidente da República no Ano 2.500. In: SUSAN C. Quinlan & PEGGY Sharpe. Duas Modernistas Esquecidas: Adalzira Bittencourt e Ercília Nogueira Cobra: Visões do Passado, Previsões do Futuro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Goiânia: Editora da UFG, 1996.
- BOSI, E. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. 11ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- CAPUZZO, D.de B. Elementos para a educação de pessoas velhas. Tese de Doutorado em Educação, Brasília, 2012.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 39ª ed. São Paulo: Paz e Terra; 1996.
- HOLFING, E. Estado e Políticas (Públicas) sociais. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.
- IRIGARAY, T. Q.; SCHNEIDER, R. H. (2008). Participação de idosas em uma universidade da terceira idade: motivos e mudanças ocorridas. Psicologia: Teoria E Pesquisa, 24(2), 211–216. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000200011>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Número de idosos no Brasil deve dobrar até 2042. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/número-de-idosos-no-brasil-deve-dobrar-ate2042-diz-ibge-25072018>
- IJKEM, INT. J. KNOWL. ENG. MANAGE., v.7, n.19, NOV. 2018/FEV. 2019. ISSN 2316-6517, p. 1-11 .
- JENIZE, Edineide. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. 2018. Disponível em: . Acesso em: 16/12/2023



SOUZA, AOT, PAULA, ABR; OLIVEIRA, FBM. Construção e avaliação de um website sobre saúde do idoso. ReOnFacema [Internet]. 2015. Disponível em: <http://www.facema.edu.br/ojs/index.php/ReOnFacema/article/view/32> .

LEITE, VMM; CARVALHO, EMF de; BARRETO, KML, FALCÃO, IV. Depressão e envelhecimento: estudo nos participantes do Programa Universidade Aberta à Terceira Idade. Revista Brasileira Saúde Mater Infant. 2006.

MACARENHAS, NB; MELO, CMM; FAGUNDES, NC. Produção do conhecimento sobre promoção da saúde e prática da enfermeira na atenção Primária. Revista Brasileira de Enfermagem, 2012.

MATOS, LFP; MACEDO, MLL; NETO, LSS; OSÓRIO, NB. Universidade da maturidade e o ensino/aprendizagem da língua inglesa às pessoas idosas. Revista Humanidades e Inovação v.6, n.11 - 2019

PEIXOTO, N; LIMA; BITTAR, CML. Percepções sobre qualidade de vida entre idosos que participam de uma Universidade Aberta para Maturidade. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences [Internet]. 2017 [citado 2021 abr 27]; 39(2): 209-16. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v39i2.33089>.

TAVARES, Carla Nunes; MENEZES, Stella Ferreira. Envelhecimento e modos de ensino-aprendizagem [recurso eletrônico] Uberlândia: EDUFU, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/29701/1/EnvelhecimentoModosEnsino.pdf> acesso em 20 de Dez de 2023.

VARGAS, L. da S. de; LARA, M. V. S. de; MELLO-CARPES, P. B. (2014). Influência da diabetes e a prática de exercício físico e atividades cognitivas e recreativas sobre a função cognitiva e emotividade em grupos de terceira idade. Revista Brasileira De Geriatria E Gerontologia, 17(4), 867–878. <https://doi.org/10.1590/1809-9823.2014.13178>

IJKEM, INT. J. KNOWL. ENG. MANAGE., v.7, n.19, NOV. 2018/FEV. 2019. ISSN 2316-6517, p. 1-11 .